

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 94

28/04/06 - 04/05/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck e Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Lula, Kirchner e Chávez se reuniram em São Paulo

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se com seus colegas argentino, Néstor Kirchner, e venezuelano, Hugo Chávez, dia 26 de abril, em São Paulo. Durante o encontro, Lula reclamou da "agressividade" do presidente boliviano, Evo Morales, contra empresas brasileiras instaladas naquele país e pediu apoio de seus colegas nas conversações com a Bolívia. Lula e Kirchner pediram para que Chávez moderasse suas declarações e gestos sobre países que mantêm problemas com o Brasil e Argentina. Os três presidentes reafirmaram, na ocasião, a intenção de implementar o projeto de construção de um gasoduto interligando os três países. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/06).

Embaixador brasileiro visitou a Bolívia

O secretário-geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visitou a Bolívia. Durante a visita, Guimarães e o vice-chanceler boliviano, Maurício Dorfler, assinaram projetos de cooperação nas áreas econômica, comercial, de desenvolvimento social, defesa, agricultura e desenvolvimento rural, saúde, justiça, migração, alfândega, mineração e cooperação técnica, e outras. Outro tema tratado foi o descontentamento do Brasil com ações do governo boliviano com relação a empresas brasileiras instaladas naquele país. Em comunicado divulgado no dia 26 de abril ambos reafirmaram a "solidez das relações entre os dois países". (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/06; O globo – Economia – 30/04/06).



Ministro brasileiro defendeu projeto de gasoduto

O ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, rebateu críticas do vice-ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Júlio Gómez, sobre o projeto de construção de um gasoduto interligando Venezuela e Argentina passando pelo Brasil. Para Rondeau, o boliviano classificou o projeto como uma “maluquice” por não ter conhecimento do mesmo. O brasileiro reiterou, contudo, que o projeto será apresentado à Bolívia e a outros países sul-americanos que poderão integrá-lo. O diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, idealizador do projeto disse já ter apresentado a idéia anteriormente ao vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, que se mostrou favorável ao mesmo, assim como o presidente Evo Morales. Segundo Sauer, apesar dos desafios técnicos, como a dificuldade que será encontrada para que os dutos atravessem o maciço das Guianas e o rio Amazonas, e principalmente políticos, a idealização do gasoduto é viável. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, desconsiderou as críticas de Gómez, apesar de considerar essencial verificar, primeiramente a viabilidade da construção, e declarou que a Bolívia tem de participar do projeto. Os principais entraves apontados por especialistas para a execução da obra são: a viabilidade econômica do projeto, os problemas ambientais que o mesmo poderá causar e a falta de informações sobre as reservas venezuelanas de gás. (Folha de S. Paulo – Dinheiro- 29/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/04/06; O globo – Economia – 29/04/06).

Representantes uruguaio criticaram Mercosul

O presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, voltou a criticar o Mercosul em reunião com seu colega mexicano, Vicente Fox. Vázquez afirmou que o bloco é uma prioridade estratégica do Uruguai, mas que a atual formação do mesmo não contempla os objetivos do país. O uruguaio defendeu uma reformulação do Mercosul, com a inclusão de outros países como o México. Fox, por sua vez, comentou a intenção mexicana de associar-se ao bloco e agradeceu o apoio uruguaio. Na mesma semana, o vice-presidente uruguaio, Rodolfo Nin Novoa, afirmou que falta ao bloco do Cone Sul “vocaçao para tomar decisões comuns”, o que faz com que o mesmo “não funcione”. Para Novoa, um exemplo disto é a decisão Argentina, apoiada pelo Brasil, de que a crise travada pelos governos argentino e uruguaio seja resolvida bilateralmente. Vasquez encaminhou um pedido que lhe foi negado para que a situação fosse resolvida dentro do Conselho do Mercosul. O Uruguai pretende continuar brigando nos organismos internacionais para que a instalação das fábricas de celulose à beira do Rio Uruguai seja concretizada. Este último embate foi a causa inicial para a declaração do presidente uruguaio de que o país pretende deixar o Mercosul e passar a ser apenas um membro associado, como Bolívia e Peru. Segundo o presidente uruguaio o bloco traz mais problemas que solução ao país. (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 01/05/06, Folha de S. Paulo - Dinheiro - 02/05/06; O Estado de



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/04/06, O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/05/06).

China habilitou frigoríficos brasileiros

O governo chinês habilitou 13 frigoríficos brasileiros como fornecedores de carne, no dia 27 de abril. Tais unidades passam a ficar permanentemente autorizadas a exportar para o país asiático. A decisão da China é parte do acordo firmado com o governo brasileiro, em 2004, pelo qual o Brasil passou a reconhecer o país asiático como economia de mercado em troca de uma série de compromissos. (O Estado de S. Paulo – 28/04/06; O Globo – Economia – 28/04/06).

Relatório norte-americano criticou práticas brasileiras anti-terrorismo

No dia 28 de abril, o Departamento de Estado norte-americano divulgou seu relatório anual das atividades terroristas no mundo, o qual continha algumas considerações acerca do tema no Brasil. O texto diz que, apesar do governo brasileiro condenar “vigorosamente o terrorismo”, ele não provê o suporte material e político necessário para fortalecer as instituições anti-terror. A Casa Branca ainda criticou o país por não classificar regimes de outros países como terroristas e por aceitar o Hezbollah como partido político legítimo. O governo dos Estados Unidos destacou duas áreas que consideram especificamente problemáticas no Brasil: a Tríplice Fronteira, com Argentina e Paraguai, e a divisa com a Colômbia. No caso da primeira, o que mais preocupa é a vigilância, cuja falta, segundo os norte-americanos, permite que grupos terroristas islâmicos levantem fundos ilícitos e participem de atividades ilegais. Entretanto, não há informações precisas sobre essas suspeitas. Já em relação à fronteira com a Colômbia, os EUA condenam o governo brasileiro por ter adotado uma política não-oficial que, segundo eles, mistura contenção e não-confrontamento contra as Forças Armadas da Colômbia (Farc). Para o embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, o relatório é ambíguo e o governo brasileiro, em tudo aquilo que está a seu alcance e em que pode, tem cooperado no combate ao terrorismo em múltiplos fóruns internacionais. O documento do Departamento norte-americano também inclui alguns elogios ao Brasil, em especial aos investimentos governamentais em infra-estrutura para o controle gradual do fluxo de bens na Tríplice Fronteira e o aperfeiçoamento das capacidades anti-terrorismo do país, através da ampliação das atividades do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/04/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/04/06; O Globo – O Mundo – 29/04/06).



Relatório norte-americano criticou também o combate à pirataria no Brasil

O Departamento de Comércio dos Estados Unidos, durante a semana, divulgou também seu relatório anual sobre pirataria, no qual aponta as regiões do mundo nas quais há violação dos direitos de propriedades intelectuais em países que são seus parceiros comerciais. O texto, assim como em 2005, classificou o Brasil como “país na lista de vigilância prioritária”. A rua comercial 25 de março, do centro da cidade de São Paulo, entre outros locais, foi colocada na lista da pirataria mundial. O documento norte-americano, entretanto, elogia o governo brasileiro pelo progresso na área da pirataria, especialmente pela criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) e pelo aumento das ações policiais na apreensão e fiscalização de produtos falsificados. Mas reconhece que, apesar dos esforços, os níveis de pirataria e de produtos fraudados continuam muito altos, além do número de processos criminais para este tipo de ação ser mínimo. A Casa Branca ainda mostrou-se preocupada com a “falta de proteção contra a comercialização de informações submetidas pela indústria farmacêutica ao escritório de patentes”. Em nota divulgada pelo Itamaraty, o governo brasileiro mostrou-se descontente com a decisão do governo norte-americano em manter o país na lista de observação prioritária. As alegações dos EUA sobre perdas no mercado brasileiro por conta de violações de direitos intelectuais foram classificadas como relativas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as remessas do Brasil aos EUA de divisas provenientes de direitos de propriedade intelectual cresceram de US\$ 161,3 milhões para US\$ 1,6 bilhão nos últimos dez anos. O Itamaraty ainda classificou o texto norte-americano como contraditório já que, recentemente, Washington decidiu manter preferências comerciais para produtos brasileiros no sistema Geral de Preferências (SGP), depois de reconhecer os esforços do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no combate à pirataria de direitos autorais e outros delitos relativos à propriedade intelectual. Em relação aos produtos farmacêuticos, o governo brasileiro afirmou que a legislação nacional de proteção à propriedade intelectual e patentes tem evoluído nos últimos anos e está de acordo com os compromissos assumidos pelo país em organismos internacionais e que, embora tenha aprovado o licenciamento compulsório de medicamentos anti-retrovirais para o programa nacional de combate à Aids, o país nunca efetivou quebra de patentes. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/04/06; O Globo – Economia – 29/04/06).

Diretor do Bird criticou governo brasileiro por utilizar mal o dinheiro que arrecada

O diretor para o Brasil do Banco Mundial (Bird), John Briscoe, em visita à Belo horizonte, criticou as altas taxas de juros praticadas pelo governo brasileiro e a gestão da máquina pública. Para Briscoe, apesar da alta arrecadação, o país gasta mal, beneficiando muito pouco a população mais pobre. O diretor do Bird acredita que a maior parte do dinheiro é destinada à Previdência Social e declarou



que "Uma reforma previdenciária é essencial" no país. Briscoe veio ao Brasil especialmente para assinar um contrato de financiamento com o governo do Estado de Minas Gerais. Cerca de US\$ 170 milhões serão destinados à execução de projetos de infra-estrutura. A novidade do financiamento é que, desta vez, a contrapartida a ser apresentada não será em dinheiro, mas sim na melhora dos indicadores sociais como, saúde, educação, segurança e ambiente. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/04/06).

EBX recuou e aceitou negociar com governo da Bolívia para permanecer no país

O empresário brasileiro, Eike Batista, da siderúrgica EBX, recuou da decisão de deixar a Bolívia por conta das iniciativas feitas pelo governo brasileiro para que o governo de Evo Morales reabra conversações com as empresas brasileiras estabelecidas em seu país. Batista declarou que, apesar das regras políticas anteriores terem sido invalidadas unilateralmente, está disposto a renegociar seu contrato com os bolivianos e saber quais são as regras daqui para frente. A EBX pretendia instalar quatro fornos de produção de ferro-gusa na zona franca de Puerto Quijaro, mas foi acusado de, além de não pagar os impostos devidos, ter fraudado as leis ambientais bolivianas. O empresário brasileiro defende-se dizendo que sua siderúrgica estava de acordo com as leis existentes antes da posse de Morales. O recuo de Batista deveu-se principalmente devido aos últimos acontecimentos na Bolívia. O governo do Estado de Santa Cruz, onde fica Puerto Quijaro, manifestou apoio à permanência da EBX e os trabalhadores da região beneficiada pela empresa retomaram uma greve para pressionar o governo boliviano a rever sua posição. Além disso, na última semana, o Itamaraty tomou algumas providências na tentativa de reverter a situação. No dia 26 de abril, o embaixador brasileiro Samuel Penheiro foi enviado à La Paz com o objetivo de tratar da questão com o governo de Morales. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou seu descontentamento com a Bolívia aos colegas venezuelano, Hugo Chávez, e argentino, Nestor Kirchner, mas não reclamou diretamente ao boliviano Evo Morales. Segundo Lula, a atitude brasileira será a de evitar confrontos com o país vizinho. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/04/06; O Globo – Economia – 29/04/06; O Globo – Economia – 30/04/06).

Brasil estaria preocupado com encontro entre Vasquez e Bush

A incerteza sobre as negociações que serão acertadas no encontro entre os presidentes uruguaio, Tabaré Vasquez, e norte-americano, George W. Bush, vem deixando o Itamaraty ansioso. Em um momento em que o Mercosul passa por instabilidades e o Uruguai mostra-se descontente com as políticas do bloco em relação à guerra das papeleiras, entrave que vem passando com a Argentina, o receio do governo brasileiro é de que Vasquez dê andamento aos acordos de



liberalização comercial com os Estados Unidos. Aos representantes do Brasil, os uruguaio negam ter decidido ir adiante com o projeto bilateral que tinham com a Casa Branca. Entretanto, aos representantes de Washington, dizem o oposto. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva também está ciente de que existe intenção, por parte dos norte-americanos, de chegar a um acordo com os uruguaio. Entretanto, segundo declarações do presidente do Diálogo Interamericano, Peter Hakim, existe uma preocupação da administração de Bush em não contrariar o Brasil para preservar possibilidades de um acordo regional, em um acordo individual com o Mercosul, no âmbito das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Alca. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/04/06; O Globo – Economia – 03/05/06).

Brasil continua contrário à aplicação de sanções contra o Irã

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, em viagem à Suíça para as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), declarou que o governo brasileiro continua se opondo à aplicação de sanções contra o Irã devido ao enriquecimento de urânio que o mesmo realiza. A idéia das sanções é apoiada por países como os Estados Unidos. Entretanto, o Brasil continua sendo contrário à medida por acreditar que qualquer país tem direito de enriquecer urânio desde que para fins pacíficos. Por isso, acredita que Teerã deve esforçar-se para deixar claro quais são seus objetivos com o processo. Para Amorim, o importante, neste momento, é fortalecer o diálogo entre o Irã e a comunidade internacional para que não se chegue a uma situação de crise. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/04/06).

Presidente boliviano decretou nacionalização do gás do país

O presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou nesta segunda-feira, dia 01 a nacionalização da exploração de petróleo e gás, e ordenou a ocupação dos campos de produção das empresas estrangeiras no país, entre elas a estatal brasileira Petrobras. A proposta de nacionalização anunciada hoje pelo presidente Evo Morales determina que o Estado detenha o controle e a direção da produção, transporte, refinamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos em todo o país. Segundo o decreto, as empresas estrangeiras que exploram o gás boliviano devem entregar as propriedades para a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), que assumirá a comercialização da produção, definindo condições, volumes e preços tanto para o mercado interno quanto para exportação. Para o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, a decisão boliviana foi unilateral e pouco amistosa, exigindo medidas drásticas a serem tomadas pelo governo brasileiro. Segundo ele, o decreto apresenta diversos pontos obscuros e indefinidos e destaca o ressarcimento ou não pela retomada da propriedade dos campos e das duas refinarias que a Petrobras controla na Bolívia e o preço do gás, que, pelo decreto,



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

passará a ser fixado pelo governo boliviano. Além da Petrobras, operam na Bolívia as petrolíferas Repsol YPF (Espanha e Argentina), British Gas e British Petroleum (Reino Unido), Total (França), Dong Wong (Coréia) e Canadian Energy. O Congresso brasileiro vai cobrar explicações do governo brasileiro sobre as medidas tomadas para evitar que a decisão do presidente da Bolívia afete o país. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, apoiou a decisão do presidente boliviano de nacionalizar as reservas de gás de seu país e disse que não existe nenhuma crise entre os dois países (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 01/05/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 02/05/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 03/05/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 04/05/06; Folha de S. Paulo - Mundo - 01/05/06, Folha de S. Paulo - Mundo - 02/05/06; O Estado de S. Paulo - Internacional 02/05/06, O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 02/05/06; O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 03/05/06; O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 04/05/06; O Globo - Economia - 01/05/06, O Globo - Economia - 02/05/06; O Globo - Economia - 03/05/06; O Globo - Economia - 04/05/06).

Brasil pode recorrer a tribunal estrangeiro

O governo brasileiro afirmou que poderá recorrer à justiça internacional para evitar grandes aumentos no preço do gás em decorrência da nacionalização das reservas bolivianas. Além disso, a Bolívia tem soberania para se apropriar do uso do solo, mas para o fornecimento de gás há um contrato regido por leis internacionais, que tem inclusive um tribunal de arbitragem, em Nova York. No entanto, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantiu que a opção preferencial do Brasil é a negociação diplomática com a Bolívia. (O Globo - Economia - 04/05/06).